

Curso presencial: Papel das Procuradorias e Controladorias na Execução da Nova Lei de Licitações

OBJETIVO: Orientar os participantes sobre o papel das procuradorias e das controladorias na execução da Nova Lei de Licitações.

PÚBLICO-ALVO: Procuradores, controladores, gestores municipais, vereadores e servidores públicos que trabalham com licitação e demais interessados no tema.

METODOLOGIA: A metodologia de trabalho será participativa, com aulas expositivas, dialógica e com debate de casos concretos, posicionamentos de doutrina, jurisprudência e discussão de boas práticas.

CARGA HORÁRIA: 08 horas divididas em dois módulos de 04 horas

CURRÍCULO PROFESSOR(A): Felipe Ansaloni: Advogado e Professor especializado em licitações, contratos administrativos e concessões, Consultor em Governança e Políticas Públicas junto ao Sistema SEBRAE, FIEMG/IEL, ENAP, ESAF, Fundação João Pinheiro, Associação Mineira de Municípios, Confederação Nacional de Municípios. Professor em cursos de Pós-Graduação na PUC Minas, UNA e UNI-BH. Foi servidor público concursado no Governo de Minas Gerais, onde gerenciou a implantação do Módulo de Fornecedores do Portal de Compras Estadual, projeto que alcançou cerca de 20.000 empresas brasileiras e internacionais. Foi analista de Políticas Públicas do SEBRAE-MG, trabalhando com mais de 600 municípios em temáticas ligadas a compras governamentais e empreendedorismo. Mestre em Administração, especialista em Direito Público, especialista em Gestão Pública e graduado em Direito e em Administração Pública. CEO da 11E Licitações e do Ansaloni Advogados

INVESTIMENTO: Municípios afiliados com o Fator de FPM 0.6: R\$ 150,00 – demais Municípios afiliados: R\$ 300,00 / Público em geral: R\$ 600,00.

INFORMAÇÕES: Edir – (31) 2125 - 2411 (edir@amm-mg.org.br) / Rayane – (31) 2125 - 2442 (rayane.santos@amm-mg.org.br)

INSCRIÇÕES: Central AMM: <https://central.amm-mg.org.br>

PROGRAMAÇÃO

Dia: 18/03/2026

08:00 - 1.1. O papel da assessoria jurídica e da unidade central de controle interno na Lei Federal n. 14.133/2021;

1.2. Defesa dos agentes públicos nas esferas administrativa, controladora e judicial pela advocacia pública;

1.3. O parecer jurídico na Nova Lei de Licitações. Como elaborar;

1.4. Hipóteses em que o parecer jurídico pode ser dispensado;

1.5. Elaboração dos regulamentos e das minutas padronizadas: quem faz o que? Como fazer;

1.6. Gestão de riscos e controles preventivos: o que e como implementar no processo de contratação pública;

12:00 – Intervalo para almoço

13:00 - 1.7. O princípio da segregação de funções e os controles preventivos;

1.8. O modelo das 03 linhas de defesa e o art. 169 da Nova Lei de Licitações;

1.9. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro e sua integração aos dispositivos da Nova Lei de Licitações;

1.10. Diferença sobre a atuação da unidade central de controle interno e da assessoria jurídica no âmbito das contratações públicas.

17:00 – Encerramento do curso